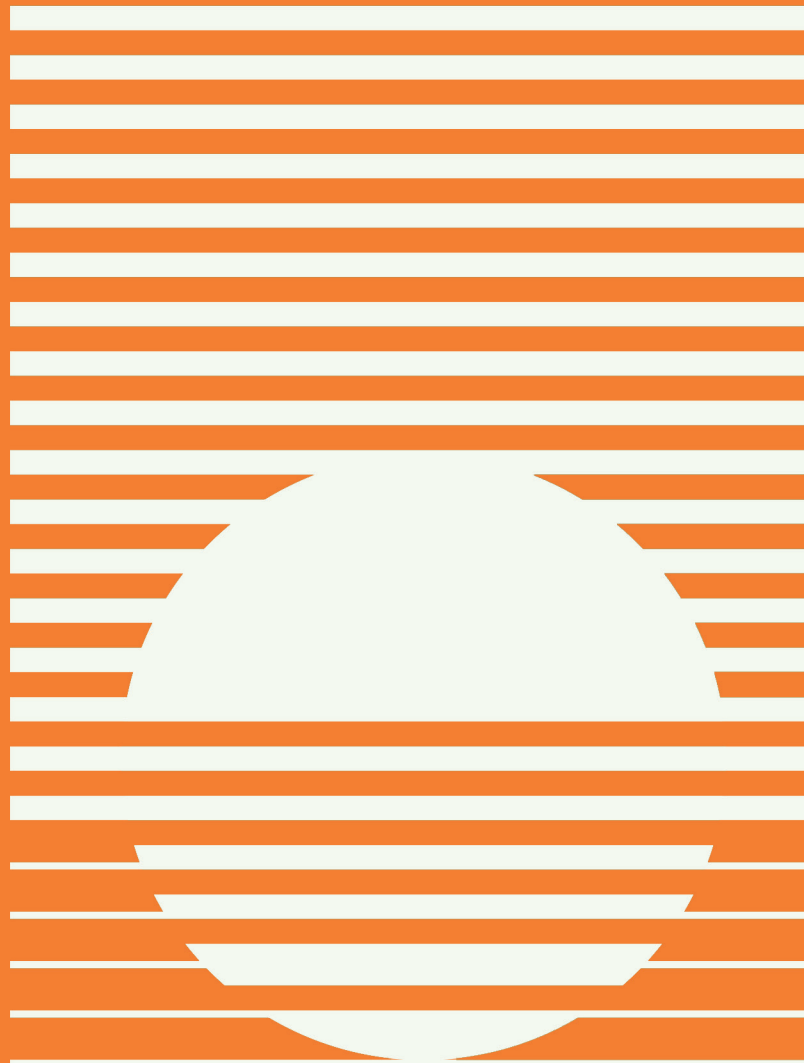


ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



LATITUDE  
SUL



05  
2017

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

---

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

**Editor Adjunto:** Murilo Gomes da Costa

**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Niury Novacek Gonçalves de Faria.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

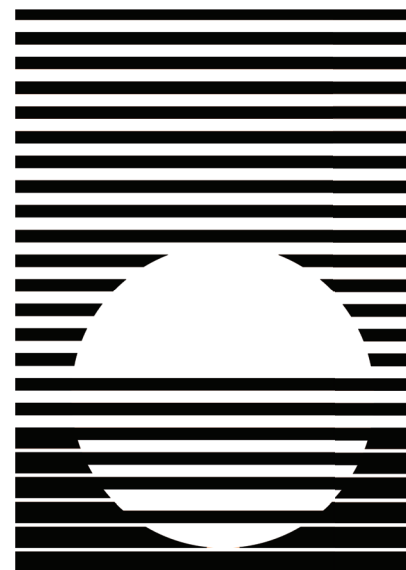
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### Página 04

Brasil enfrenta críticas sobre direitos humanos e uso das Forças Armadas contra manifestantes

O Brasil em meio aos conflitos socioambientais

As concessões de Michel Temer: ataque ao meio ambiente

### Página 05

Diplomatas brasileiros defendem política de cooperação no Senado

Banco do BRICS e BNDES: primeira parceria é para o clima

Delação e crise política no Brasil repercutem na região

### Página 06

Grupo de ex-presidentes analisa política externa de países latinoamericanos

Cooperação internacional no combate à corrupção

### Página 07

Repercutem na América do Sul o agravamento da crise na Venezuela

Permanece tensão entre Bolívia e Chile: bolivianos continuam presos

Memorando entre Argentina e Paraguai sobre a hidroelétrica de Yacyretá

### Página 08

Ministra das Relações Exteriores da Argentina renuncia

México quer renegociar o Nafta de modo trilateral

Acordo de paz com as Farc e novo ciclo de negociação com o ELN na Colômbia

### Página 09

Chile: uma ponte entre a América Latina e a Ásia?

China lança “projeto do século” no centro de uma nova ordem econômica

### Página 10

Turquia mira parcerias com Rússia, China e países africanos

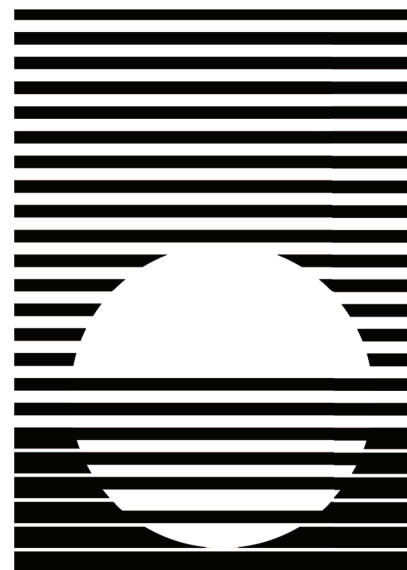
Turquia adverte os EUA sobre apoio às Unidades de Proteção Popular na Síria

Direitos Humanos e Liberdade de expressão ameaçados

### Página 11

Segurança alimentar e migrações

Tráfico Internacional de Mulheres



## Brasil enfrenta críticas sobre direitos humanos e uso das Forças Armadas contra manifestantes

O Brasil foi um dos países avaliados pela Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2017. O relatório enviado pelo governo à organização, reportando a situação dos direitos humanos no país, foi amplamente criticado por organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na área. A Conectas, por exemplo, chamou o documento de “descolado da realidade”. Na sabatina, que ocorreu no dia 05 de maio, o governo brasileiro, pressionado, prometeu diminuir a população carcerária em até 10%, até 2019. No entanto, a Anistia Internacional entende que faltam medidas concretas. Este clima de tensão entre o governo e as ONGs permaneceu ao longo do mês. A ministra de Direitos Humanos, Luislinda Valois, deixou logo no início a reunião do governo com as ONGs da delegação brasileira, no dia 04, e houve tentativa, nos dias anteriores à sabatina, do governo barrar o discurso do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Paulão (PT-AL), visto que o deputado fez um relatório paralelo ao enviado oficialmente à ONU. A questão dos direitos humanos permaneceu em pauta quando, no dia 01 de junho, diplomatas e assistentes de chancelaria do Itamaraty divulgaram carta pública criticando o uso das Forças Armadas para conter manifestações contra o governo atual. O estopim para a carta, segundo os signatários, foi uma nota oficial divulgada pelo Itamaraty chamando de “tendenciosas” e de “desinformadas” as críticas feitas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre a violência policial no país. Os diplomatas afirmam que a reação agressiva do Itamaraty pode fechar portas para o Brasil internacionalmente, inclusive prejudicando a imagem do país.

Fontes: [Estadão](#), 03/05/2017; [Estadão](#), 04/05/2017; [Estadão](#), 04/05/2017; [Estadão](#), 05/05/2017; [Estadão](#), 05/05/2017; [Conectas](#), 16/05/2017; [BBC](#), 01/06/2017.

## O Brasil em meio aos conflitos socioambientais

O mês de maio foi marcado por uma série de ataques na área ambiental, desde a repressão contra os movimentos indígenas pela demarcação de seus territórios, até a chacina de 10 trabalhadores rurais mortos no Sudeste do Pará. Em uma outra frente de ataque, o Governo Federal já havia anunciado também um cor-

te de R\$ 58,2 bilhões nos gastos não obrigatórios em seu orçamento, para atingir a meta fiscal deficitária de quase R\$ 143 bilhões, o que se refletiu numa redução de 53% do orçamento previsto para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), de R\$ 964 milhões para R\$ 446 milhões. Os impactos para a atuação do país no campo das mudanças climáticas poderão ser profundos e ocasionar conflitos e violência no campo, seja pela disputa de terras, seja pelo avanço do desmatamento. A esse respeito, a Organização das Nações Unidas (ONU) chamou a atenção para a “escalada de violência” contra ativistas e defensores de direitos humanos e lembrou que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve um total de 61 pessoas mortas em conflitos no campo no ano de 2016. Em tempo, Donald Trump, presidente estadunidense, avança com seu discurso contra o meio ambiente e as mudanças climáticas ao anunciar a saída dos EUA do Acordo de Paris. As tensões multilaterais parecem se intensificar ainda mais com a não ratificação do Acordo pelo governo Trump, pavimentando o caminho para que União Europeia e China assumam a liderança nas negociações climáticas internacionais.

Fontes: [Época](#), 26/04/2017; [Isto É](#), 01/05/2017; [EBC](#), 24/05/2017; [El País](#), 27/05/2017; [The Guardian](#), 01/06/2017.

## As concessões de Michel Temer: ataque ao meio ambiente

A instabilidade político-institucional que domina o cenário doméstico brasileiro não parece ser suficiente para barrar as incursões de Temer na área do meio ambiente. Dessa vez, a discussão gira em torno da Medida Provisória (MP) 752, a MP das Concessões, que pretende isentar os bancos de qualquer punição em casos de ações ilegais de desmatamento que estejam apoiadas em financiamentos dados por estas instituições financeiras. Além de dificultar ainda mais a fiscalização ambiental e o fortalecimento da legislação para políticas ambientais, a MP tem gerado mais instabilidade institucional para o governo de Temer, pois o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem se mobilizado com afincos pelo veto desta medida, pelo menos em parte. A MP contraria a própria Política Nacional do Meio Ambiente, que defende que a responsabilidade ambiental é sempre objetiva e o poluidor responde pelo dano ambiental, mesmo que o cause indiretamente. Ao mesmo tempo em que o atual governo brasileiro adota medidas que prejudicam o meio am-

biente, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem feito apelos para que a América Latina e o Caribe des-carbonizem suas economias e combatam a poluição do ar, das águas e dos solos. Os desafios listados pelo diretor regional da ONU Meio Ambiente, Leo Heileman, mostram como a vulnerabilidade da população latino-americana e caribenha ainda é significativa devido à falta de políticas ambientais locais mais rigorosas e à desigualdade que volta a crescer na região.

Fontes: [ONU Brasil](#), 04/05/2017; [Reuters](#), 15/05/2017; [Época](#), 27/05/2017; [Exame](#), 29/05/2017.

## Diplomatas brasileiros defendem política de cooperação no Senado

Em 04 de maio, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal sabatinou e aprovou a indicação de dois novos nomes para assumirem postos de embaixadores em países no continente africano. Se forem aprovados em votação no plenário, Ana Maria Morales e Colbert Soares Junior chefiarão, respectivamente, as missões brasileiras no Zimbábue e na Zâmbia. Quando questionados sobre a pertinência de medidas adotadas pelo Brasil nos últimos anos – tais como o perdão de dívidas e mesmo a necessidade de manutenção de algumas embaixadas em nações africanas – os diplomatas sabatinados ressaltaram os ganhos mútuos dessas políticas. Ana Maria Morales lembrou da boa imagem que o Brasil tem diante o Zimbábue, sendo constantemente citado pelo seu presidente em conferências internacionais. Além disso, a diplomata destacou os bons resultados do Programa Mais Alimentos, que impacta positivamente pequenos produtores rurais, assim como a indústria local. Soares Junior, por sua vez, elegeu como prioridade o estabelecimento de acordos conjuntos na área de produção de energia sustentável. No dia 10 de maio, uma semana após a sabatina dos senadores, o ministro das Relações Exteriores do governo de Temer, Aloysio Nunes, enalteceu a parceria com Moçambique: “É com orgulho que ressalto que Moçambique é o maior parceiro da cooperação Sul-Sul prestada pelo Brasil”. No início do mês, o chanceler brasileiro viajou para países da África Austral, para uma agenda que incluía encontros com autoridades, personalidades e empresários.

Fontes: [Senado Federal](#), 04/05/2017; [O País](#), 10/05/2017; [África 21 Digital](#), 11/05/2017.

## Banco do BRICS e BNDES: primeira parceria é para o clima

Um contrato de US\$ 300 milhões foi negociado entre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS e o BNDES, no início de maio. Trata-se de uma parceria para financiar projetos na área de energias renováveis, viabilizando investimentos que potencializarão em até 600MW a capacidade de geração de energia no Brasil. É significativo que essa parceria seja no âmbito do meio ambiente, considerando o cenário nacional e mundial em que os conflitos ambientais estejam tão sensíveis. A área de energia renovável é estratégica por parte do NBD, já que países como China e Índia são atores que têm discutido frequentemente cenários de sustentabilidade, como resposta às críticas por serem grandes emissores de gases poluentes. Tendo a possibilidade de fomentar a diversificação de suas matrizes elétricas com esse investimento, o Brasil poderá, portanto, testar novos modelos de segurança energética e fornecimento elétrico, o que converge com os interesses do BNDES em oferecer um sistema menos exposto às mudanças climáticas para os setores da economia brasileira. Apesar de ser a primeira operação do NBD no país, com grande relevância para o setor de energia, vale ressaltar as articulações da China nesse mesmo setor no Brasil, sobretudo na região Norte, onde grandes empresas chinesas têm se beneficiado de parcerias público-privadas.

Fontes: [Financial Express](#), 29/04/2017; [G1](#), 09/05/2017; [Exame](#), 17/05/2017.

## Delação e crise política no Brasil repercutem na região

Em 16 de maio, a imprensa brasileira divulgou gravações de vídeo e áudio sobre o depoimento da delação de Joesley Batista, dono do grupo empresarial JBS. Na delação, divulgada na íntegra pelo Supremo Tribunal Federal, em 19 de maio, Joesley afirmou que a empresa pagou propina para agentes públicos em troca de favores e isenções. Entre as acusações estão o envio para contas no exterior de dinheiro recebido do BNDES, com aval do ex-Ministro Guido Mantega, e de doações de caixa 2 para as campanhas dos ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff. Joesley afirmou que também fez pagamentos indevidos ao senador Aécio Neves e a membros de sua família e que emitiu notas frias na campanha do senador José Serra. Segundo Joesley, a verba foi direcionada para a compra de votos de parlamentares no processo de impeachment que culminou no governo de Michel

Temer, inclusive envolvendo pagamentos fixos para o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Valores milionários teriam sido pagos ao atual presidente Temer, tanto para obter vantagens, quanto para garantir a interferência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em favor da JBS. A delação inclui uma gravação de um encontro entre Temer e Joesley para acertar as condições dos acordos. Após as denúncias, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou pedido de impeachment de Temer, que realizou pronunciamento público afirmando que não renunciará. A crise repercutiu na região, a exemplo do pedido do Equador para que o Brasil explique a situação na Organização dos Estados Americanos (OEA), pois a corrupção do governo de Temer gera impactos nos vizinhos e instabilidade política na região. Este impacto foi ressaltado pelo presidente do Banco Central da Bolívia, que considerou que a crise brasileira gera abalos nas economias da América do Sul, que possuem o Brasil como um sócio comercial de grande relevância. No Uruguai, parlamentares ressaltaram os efeitos políticos da delação e questionaram a legitimidade e a estabilidade do atual governo.

Fontes: [El País](#), 18/05/2017; [BBC Brasil](#), 19/05/2017; [BBC Brasil](#), 19/05/2017; [El Deber](#), 19/05/2017; [El Deber](#), 19/05/2017; [Terra](#), 24/05/2017.

## Grupo de ex-presidentes analisa política externa de países latinoamericanos

Entre os dias 11 e 12 de maio, em um encontro promovido pela Fundação Círculo de Montevideu, em Buenos Aires, ex-presidentes ibero-americanos, empresários e acadêmicos analisaram a conjuntura atual da América Latina. O encontro repercutiu na mídia brasileira, que ressaltou a presença do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no evento. Tendo o presidente da Argentina, Mauricio Macri como anfitrião, também participaram do encontro os ex-presidentes do Chile (Ricardo Lagos), da Espanha (Felipe González) e do Uruguai (Julio Maria Sanguinetti). As temáticas abordadas pelos participantes incluíram o impacto da tecnologia em eleições, a crise na Venezuela e a posição da América Latina no cenário internacional. Em relação à Venezuela, houve defesa da suspensão do país tanto no Mercosul quanto na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além de corte de vínculos comerciais como forma de pressionar o governo de Nicolás Maduro. Sobre a inserção internacional da América Latina, destacou-se a ideia de aproximar o México dos demais países latino-americanos e coor-

denar uma posição comum entre Brasil, Argentina e México no âmbito do G-20, a fim de alcançar uma maior influência da região na agenda global.

Fontes: [El País Brasil](#), 11/05/2017; [Estadão](#), 11/05/2017; [Estadão](#), 11/05/2017; [Estadão](#), 11/05/2017.

## Cooperação internacional no combate à corrupção

O mês de maio foi marcado por iniciativas de cooperação entre Colômbia, Equador, Brasil e França em investigações de casos de corrupção envolvendo entes privados e o poder público. No dia 04 de maio, o procurador-geral da Colômbia, Néstor Humberto Martínez, visitou o Equador para reunir-se com a Fiscalia equatoriana e compartilhar provas produzidas em investigação dos casos de corrupção em contratos públicos envolvendo a empreiteira brasileira Odebrecht. Colômbia e Equador já possuem um acordo de cooperação judicial destinado à investigação conjunta dos casos de corrupção envolvendo a empreiteira, com ênfase nas obras do metrô de Quito e no projeto do rio Magdalena. Ainda no âmbito dos desdobramentos internacionais da Operação Lava Jato, no dia 30 de maio o procurador-geral do Equador, Carlos Baca Mancheno, viajou ao Brasil para reunir-se com a Procuradoria-Geral da República e receber provas produzidas no Brasil, além de discutir mecanismos que aperfeiçoem a cooperação entre ambos os países na investigação. Entre as medidas acordadas encontra-se a formação de uma equipe de trabalho conjunto que permita o conhecimento mútuo do produto das delações premiadas, dos documentos e das evidências relativas à alegada corrupção de autoridades estrangeiras pela Odebrecht. Além deste, outro caso de corrupção sob investigação levou o Brasil a cooperação internacional. No dia 08 de maio, representantes do Ministério Público Financeiro da França reuniram-se com procuradores brasileiros para a troca de informações referentes à investigação conjunta acerca da suposta compra de votos na escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. A Procuradoria-Geral da República brasileira afirma que ambos os países encontram-se em estreita cooperação no intuito de compartilhar dados de inteligência e aprofundar as investigações em torno do caso.

Fontes: [El Mercurio](#), 04/05/2017; [G1](#), 08/05/2017; [El Mercurio](#), 30/05/2017; [El Mercurio](#), 31/05/2017.

## Repercute na América do Sul o agravamento da crise na Venezuela

No dia 31 de maio, a Venezuela completou dois meses de intensas manifestações de rua a favor e contra o governo de Nicolás Maduro. Os atos têm sido marcados por repressão policial, aumento da violência urbana e saques a estabelecimentos comerciais, em conjunto à crise de abastecimento pela qual passa o país. Até o momento, contabilizam-se 70 mortos e cerca de três mil detenções. A realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, principal alvo de crítica da oposição, já possui calendário eleitoral e foi marcada para o dia 30 de julho. A Mesa de Unidade Democrática (MUD), bloco opositor a Maduro, já anunciou que não participará do processo. A escalada da crise vem refletindo na região. No Brasil, o governo de Temer recebeu Lilian Tintori, esposa do líder opositor preso Leopoldo López, e afirmou o desejo de participar de um “grupo de amigos da Venezuela” para promover o diálogo, preocupado também com os impactos da crise na fronteira com o Brasil. No Peru, o presidente Pedro Pablo Kuczynski reuniu-se com o líder da Assembleia Nacional da Venezuela, Julio Borges, no dia 11 de maio e, no dia 18, houve polarização e intenso debate entre parlamentares peruanos sobre uma moção pedindo novas eleições na Venezuela. O governo uruguaio, por sua vez, afirmou que não defenderá a aplicação da Carta Democrática Interamericana porque não deseja isolar a Venezuela e defendeu o diálogo como solução. A reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada no dia 31 de maio, não logrou alcançar um acordo sobre uma resolução acerca da crise no país. Embora houvesse pontos comuns em debate, como os pedidos de respeito ao Estado de Direito, a liberação de presos políticos e o estabelecimento de um calendário eleitoral, a reunião terminou sem um consenso entre os participantes.

Fontes: [El Universal](#), 11/05/2017; [La República](#), 11/05/2017; [El Comercio](#), 18/05/2017; [Estadão](#), 18/05/2017; [Estadão](#), 29/05/2017; [El Universal](#), 30/05/2017; [El Nacional](#); 31/05/2017; [El Universal](#), 04/06/2017.

## Permanece tensão entre Bolívia e Chile: bolivianos continuam presos

No mês de maio, cresceu a tensão entre Chile e Bolívia. Seguem presos em território chileno os nove bolivianos sob a acusação de contrabando, acusação negada pelo governo boliviano. Após apelo pela li-

berdade, nova audiência foi marcada para o dia 25 de maio, a qual foi novamente remarcada para o mês de junho. Em meio a estas tensões, a chancelaria chilena negou o visto de entrada em seu país a cinco autoridades bolivianas, dentre as quais Héctor Arce, ministro da Justiça e da Transparência; Gabriela Montano, presidenta da Câmara de Deputados; e José Gonzales, presidente do Senado. Esta negativa foi entendida por Evo Morales, presidente do país, como uma afronta à boa relação entre os dois países. Ademais, o cônsul chileno na Bolívia foi convocado a dar explicações e o legislativo boliviano anunciou que denunciará a postura chilena em organismos internacionais. Ao mesmo tempo, o governo boliviano tomou uma série de medidas de fortificação de sua fronteira com o Chile: no dia 09, moveu para a fronteira o F10, grupo especial das Forças Armadas; no dia 11, anunciou a criação do Comando Estratégico Operacional das Forças Armadas de Luta contra o Contrabando; no dia 12, instalou nove novos postos fronteiriços, incluindo agentes civis e das Forças Armadas. Apesar de Morales declarar que são medidas de combate ao contrabando internacional, o governo chileno demonstrou desconforto com a postura. Além disso, a greve dos funcionários aduaneiros do Chile, que ocorreu entre 24 de maio e 02 de junho, só agravou a tensão. Em função do isolamento terrestre boliviano, o país depende fortemente dos portos chilenos para suas exportações. Morales declarou que a greve foi manobra política, constituiu uma agressão econômica e gerou prejuízos econômicos à Bolívia, além de declarar que o Chile não cumpria o acordo de livre trânsito entre os dois países, assinado em 1904.

Fontes: [La Razón](#), 05/05/2017; [La Razón](#), 09/05/2017; [La Razón](#), 09/05/2017; [La Razón](#), 10/05/2017; [La Razón](#), 10/05/2017; [La Razón](#), 11/05/2017; [La Razón](#), 12/05/2017; [La Razón](#), 24/05/2017; [La Razón](#), 25/05/2017.

## Memorando entre Argentina e Paraguai sobre a hidroelétrica de Yacyretá

Em 04 de março de 2017 foi assinado um Memorando de Entendimento entre os presidentes da Argentina, Mauricio Macri, e do Paraguai, Horacio Cartes, por meio do qual é feita uma revisão do Tratado de Yacyretá no que se refere ao reordenamento econômico e financeiro da hidroelétrica binacional, construída em 1973, superando as diferenças bilaterais sobre os valores e condições do aporte e do empréstimo feito pela Argentina. Com a modificação do anexo C do Tratado, foi renegociada a dívida do Paraguai com a Argentina, que passou de US\$17.259 milhões a

US\$4.084 milhões, de acordo com o critério de geração de interesses e atualizações. O pagamento será realizado a partir do ano 2028.

O partido opositor Frente Guasu, entretanto, defende que não deveria existir dívida com a Argentina e que o Paraguai precisa defender sua soberania e vender a energia elétrica a preços do mercado, além de levar em conta nas negociações os gastos sociais e os efeitos produzidos pelas inundações no lado paraguaio. Do mesmo modo, alguns especialistas assinalaram que a dívida não tem sido auditada por nenhum órgão de fiscalização do Paraguai, pelo qual, segundo alguns setores, o acordo poderia ser inconstitucional. Nos próximos meses o acordo será analisado no congresso paraguaio.

Fontes: [La Nación](#), 04/05/2017; [ABC Color](#), 01/06/2017; [La República](#), 05/05/2017; [La Nación](#), 04/05/2017; [La Nación](#), 30/05/2017.

## Ministra das Relações Exteriores da Argentina renuncia

Susana Malcorra, Ministra das Relações Exteriores da Argentina, renunciou ao cargo no dia 29 de maio e será substituída pelo diplomata Jorge Faurie, atual embaixador do país na França. A notícia foi divulgada em entrevista coletiva, com participação do presidente, Mauricio Macri, e do chefe do gabinete de ministros, Marcos Peña. Malcorra ocupou o cargo desde que Macri assumiu a presidência em 2015 e foi uma das principais figuras na negociação em curso para um acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Sua saída é considerada a segunda grande perda no gabinete de Macri desde que Alfonso Prat-Gay, então Ministro da Fazenda, deixou o ministério em dezembro de 2016. Com Malcorra, Macri retornou à linha tradicional da política externa argentina: bom relacionamento com os EUA e forte aproximação com a União Europeia. Macri e Malcorra também iniciaram uma aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Enquanto Faurie não prestar juramento, a ministra seguirá com sua agenda e viajará para Washington na próxima semana. Antes de integrar o governo Macri, Malcorra foi chefe de gabinete do então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, a quem aspirou suceder, perdendo a disputa para o português António Guterres. Embora Macri e Malcorra tenham declarado que a renúncia da ministra foi motivada por questões pessoais, sua gestão vinha enfrentando vários questionamentos públicos. Dentre eles a declaração de que as Malvinas já não eram prioridade para o

país, ou a primeira declaração pública de apoio a Michel Temer, ainda na ocasião do processo destituente da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Outro ponto controverso de sua gestão foi o uso de fundos públicos para promover sua candidatura à secretaria geral da ONU, fato que motivou Patricio Evers, fiscal federal, a abrir formalmente uma investigação contra ela. Malcorra se mudará para a Espanha, e seguirá sendo assessora do Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

Fontes: [O Estadão](#), 29/05/2017; [El País](#), 29/05/2017; [Clarín](#), 29/05/2017; [La Nación](#), 29/05/2017; [República](#), 30/05/2017; [El Observador](#), 30/05/2017; [El Deber](#), 30/05/2017.

## México quer renegociar o Nafta de modo trilateral

Em 18 de maio, em um painel organizado pelo Conselho das Américas na Cidade do México, o chanceler mexicano, Luis Videgaray, afirmou que espera que as reuniões de renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) ocorram em um marco trilateral. Apesar dessa afirmação, Videgaray reconhece que negociações bilaterais podem ser necessárias em alguns tópicos específicos. A posição mexicana é compartilhada pelo governo do Canadá. A afirmação do governo mexicano ocorre após o secretário de comércio dos EUA, Wilbur Ross, declarar que o governo estadunidense ainda não havia decidido se encarará as negociações de modo bilateral com cada um dos países membros do Nafta ou trilateralmente. O chanceler mexicano afirmou também que adotar outra abordagem, que não fosse trilateral, seria uma oportunidade perdida. Segundo ele, a região já está integrada e tentar três acordos distintos, ao invés de um único acordo, pode não ser o modo mais eficiente de renegociação.

Fontes: [El Universal](#), 18/05/2017; [Exame](#), 23/05/2017; [The Wall Street Journal](#), 23/05/2017.

## Acordo de paz com as Farc e novo ciclo de negociação com o ELN na Colômbia

O mês de maio foi marcado por incertezas sobre a implementação do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Segundo combinado entre o governo e a organização, o registro e o armazenamento das armas do grupo se encerraria no dia 31 de maio. Contudo, há atraso na entrega



das armas e o governo também enfrenta lentidão na construção das Zonas Veredales (zonas transitórias de normalização). A morosidade despertou suspeitas sobre a implementação do acordo. O governo se posicionou no dia 29 de maio, divulgando que, conforme combinado com a missão da Organização das Nações Unidas (ONU), seriam concedidos mais 20 dias para o desarme do grupo e mais 60 dias para a vigência das Zonas Veredales. Outra incerteza sobre a implementação do acordo foi suscitada pela decisão da Corte Constitucional colombiana de eliminar o “fast track” que vinha sendo utilizado no Legislativo para agilizar as decisões, considerando que estava limitando a capacidade deliberativa e decisória do Congresso. Neste novo cenário, todas as proposições dos congressistas têm que ser debatidas e votadas, uma a uma, tornando o processo mais lento. Para evitar incertezas, os congressistas decidiram que seria apresentada uma proposição para que se vote cada iniciativa em bloco e que seja evitada a modificação do acordo. Em meio a este contexto, o presidente Juan Manuel Santos aproveitou o último mês de vigência de suas faculdades extraordinárias para expedir decretos-lei relacionados ao acordo de paz, concedidas pelo Congresso, e assinou diversos documentos para agilizar a implementação do acordado. Outra notícia que ganhou destaque em maio foi a retomada no dia 16, dos diálogos de paz entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN), dando início ao segundo ciclo de negociações, em Quito. Apesar das incertezas que rondam as discussões, as partes se comprometeram a discutir sobre a criação de um mecanismo para que a sociedade participe dos diálogos de paz e sobre a diminuição da intensidade do conflito. O objetivo é avançar no acordo para proteger a sociedade civil do conflito que dura mais de 50 anos.

Fontes: [El Tiempo](#), 16/05/2017; [El Tiempo](#), 18/05/2017; [El Espectador](#), 20/05/2017; [El Tiempo](#), 21/05/2017; [El Tiempo](#), 22/05/2017; [El Tiempo](#), 23/05/2017; [El Espectador](#), 28/05/2017; [El Tiempo](#), 29/05/2017; [El Espectador](#), 29/05/2017.

## Chile: uma ponte entre a América Latina e a Ásia?

Durante o Fórum do Cinturão e da Rota para a Cooperação Internacional, realizado em 14 de maio, na China, Michelle Bachelet discursou aos líderes mundiais sobre a iniciativa de converter o país em uma ponte entre a Ásia e a América Latina. Conformando tal discurso, há iniciativas feitas neste mês que mostram que a posição chilena parece caminhar para além

do discurso. Dentre estas, destacam-se as negociações para entrada do Chile como membro do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, fundado em 2015, que tem o objetivo de financiar projetos de infraestrutura na Ásia. Outra iniciativa do Executivo chileno foi a proposta de criação de um cabeamento transpacífico, que visa melhorar as conexões digitais entre os países do Atlântico Sul e Pacífico. Ainda no eixo América do Sul-Ásia, o Chile realizou diversos acordos com países da região. Alguns destaques vão para os acordos firmados entre Chile e China, no dia 13 de maio, renovando o Plano Quinquenal de Trabalho de 2013-2017, com temas econômicos, culturais e estratégicos, como a proposta de um acordo de cooperação em temas antárticos, além de uma parceria entre o InvestChile e o Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional. Outro destaque foram os acordos firmados com a Índia para recepção, no mercado chileno, de têxteis e químicos para agricultura, ao passo que o Chile terá parte de sua produção de mirtilo e abacate no mercado indiano. Por fim, destaca-se a assinatura de uma Carta de Intenções, entre o Chile e a Indonésia, no dia 12 de maio, expressando o desejo comum de concluir a negociação do Acordo de Parceria Econômica. Este acordo reduziria drasticamente as tarifas pagas em uma enorme gama de produtos comercializados entre os dois países, incluindo produtos agrícolas.

Fontes: [Cooperativa.Cl](#), 13/05/2017; [Manila Bulletin](#), 14/05/2017; [UOL Notícias](#), 14/05/2017; [AmericaFruit](#), 15/05/2017; [Business Standard](#), 15/05/2017; [El Mostrador](#), 15/05/2017.

## China lança “projeto do século” no centro de uma nova ordem econômica

Em 14 de maio, durante discurso de abertura do Fórum do Cinturão e da Rota para a Cooperação Internacional, o presidente da China, Xi Jinping, prometeu mais de US\$ 100 bilhões para bancos de desenvolvimento no país, algo que, segundo afirmou, será a ponta de lança de gastos enormes com infraestrutura em países da Ásia, da Europa e da África que integram o trajeto da milenar rota da seda. A iniciativa faz parte do projeto “One Belt, One Road”, lançado em 2013, e foi descrito pelo presidente chinês como projeto do século. Baseado em investimentos em pontes, ferrovias, portos e energia em mais de 60 países, a iniciativa forma a espinha dorsal da agenda econômica e geopolítica da China. Além disso, pretende combater a pobreza nos países

que receberão os investimentos. Em seu discurso, Xi Jinping apresentou uma visão abrangente de uma nova ordem econômica global, posicionando a China como uma alternativa aos EUA. Segundo a autoridade chinesa, a partir do governo de Donald Trump, os EUA demonstram uma tendência a priorizar questões domésticas, reforçando o nacionalismo xenófobo de parte de seu eleitorado. Xi Jinping também destacou as diferenças entre o sistema de alianças dos EUA e uma visão do comércio sob a égide chinesa, que em sua visão, não teria a intenção de formar um grupo que desmonte a estabilidade, mas criar uma grande família de convivência harmônica. Os EUA, por sua vez, participou do Fórum, reconhecendo a importância do projeto da China. Contudo, no mesmo mês, retomou dois projetos de infraestrutura na Ásia que contam com a Índia, país bastante crítico da iniciativa chinesa, como grande parceira.

Fontes: [EBC](#), 14/05/2017; [Financial Times](#), 14/05/2017; [Folha de S. Paulo](#), 15/05/2017; [Valor Econômico](#), 15/05/2017; [Global Times](#), 16/05/2017; [The Indian Express](#), 24/05/2017; [The Indian Express](#), 24/05/2017.

## Turquia mira parcerias com Rússia, China e países africanos

O mês de maio marcou uma série de iniciativas por parte da Turquia para fortalecer relações com países que fazem parte do Sul geopolítico. No dia 02, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, viajou à Rússia para encontrar Vladimir Putin, ocasião na qual os chefes de Estado reiteraram o desejo de ampliar os laços bilaterais entre os países, apesar das posições contrárias no que tange à Síria. Os líderes concordaram em reduzir restrições comerciais e ampliar a cooperação no setor de energia. No dia 14, Erdogan esteve em Pequim e, em declaração conjunta com o presidente chinês, Xi Jinping, informou avanços na cooperação sobre a iniciativa do Cinturão e Rota da Seda. No dia 25, por ocasião do Dia da África, o Ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Çavusoglu, em artigo publicado no diário Daily Sabah evocando a solidariedade, afirmou que o país está “mais determinado que nunca” em expandir sua cooperação com o continente africano.

Fontes: [Agência Brasil](#), 03/05/2017; [Turkey Homes](#), 15/05/2017; [Daily Sabah](#), 25/05/2017.

## Turquia adverte os EUA sobre apoio às Unidades de Proteção Popular na Síria

Em 16 de maio, durante sua visita à Casa Branca, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, advertiu o presidente dos EUA, Donald Trump, que nunca aceitará seu apoio militar à organização Unidades de Proteção Popular (YPG) na Síria e que isso vai contra os acordos que regem a relação bilateral entre a Turquia e os EUA. A visita do presidente turco ao país ocorre em um momento de tensão entre Washington e Ancara, após a decisão do governo Trump de entregar armamento pesado à YPG na Síria para a ofensiva em Al Raqqa, capital do Daesh, também conhecido como Estado Islâmico. O governo turco considera o YPG uma organização terrorista e extensão síria do Partido dos Trabalhadores do Curdistão, o qual Ancara combate a insurgência no sudeste do país desde 1984. Em entrevista coletiva após o encontro, Erdogan chegou a afirmar que “não há espaço para terroristas nas nossas relações” e que “não deveríamos permitir que esses grupos manipulem a estrutura religiosa e étnica da região com o terrorismo como pretexto”.

Fontes: [EBC](#), 16/05/2017; [O Globo](#), 16/05/2017; [Exame](#), 16/05/2017; [Valor Econômico](#), 17/05/2017.

## Direitos Humanos e Liberdade de expressão ameaçados

No início do mês de maio, a Anistia Internacional alertou sobre a perseguição que defensores de direitos humanos estão sofrendo ao redor do mundo. Em 2015, 156 ativistas foram mortos e, em 2016, o número subiu para 281. Mais da metade desses homicídios aconteceram no continente americano e 49% eram ativistas relacionados a questões de terra. O alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, ao se referir à chacina de nove trabalhadores rurais em Cuiabá (MT), em abril deste ano, se mostrou preocupado com os crescentes ataques contra ativistas no Brasil. Neste mês, o presidente brasileiro, Michel Temer, foi denunciado na ONU pelo uso das Forças Armadas contra manifestantes que protestavam no Distrito Federal. Em São Paulo, a operação, coordenada pelo prefeito João Doria, contra os moradores da região conhecida como Cracolândia, gerou indignação pelo uso de força excessiva. A utilização de recursos militares também vem sendo aplicada na Venezuela, onde tribunais militares estão servindo para julgar

civis, comprometendo o Estado de direito. Também há preocupação no México, visto que no dia 16 de maio ocorreu o quinto assassinato de jornalistas no país, apenas neste ano, chamando atenção da comunidade internacional. De acordo com a Anistia Internacional, mais de 100 profissionais de meios de comunicação foram assassinados no México desde 2000 e ainda não houve nenhuma prisão pelos assassinatos que ocorreram neste ano. Em El Salvador, ativistas LGBTs estão em situação de risco, segundo a secretária de Direitos Humanos da ONU, que pediu que o governo tome medidas urgentes, pois ao menos sete pessoas transexuais foram assassinadas ao longo de 2017. No dia 19 de maio, o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU demonstrou preocupação com o sistema judicial da Argentina, que sistematicamente pune, em maior número, comunidades vulneráveis como povos indígenas e migrantes. A onda conservadora, que vem tomando conta do continente, está se baseando em leis restritivas e repressivas para criminalizar ativistas e silenciá-los.

Fontes: [Exame](#), 01/05/2017; [Anistia Internacional](#), 10/05/2017; [Anistia Internacional](#), 16/05/2017; [Anistia Internacional](#), 16/05/2017; [ONU](#), 15/05/2017; [El País](#), 16/05/2017; [ONU](#), 18/05/2017; [Anistia Internacional](#), 19/05/2017; [Carta Capital](#), 23/05/2017; [El País](#), 25/05/2017; [Rede Brasil Atual](#), 28/05/2017.

## Segurança alimentar e migrações

No dia 05 de maio de 2017, o Programa Alimentar Mundial (PAM), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou relatório que estabelece relação entre segurança alimentar e migração. De acordo com o documento, o aumento de 1% na insegurança alimentar leva ao crescimento das migrações em 1,9%. O relatório também destaca que a insegurança alimentar tem papel significativo no desencadeamento de conflitos armados, que aliado às catástrofes naturais e aos fatores econômicos, são as principais causas para deslocamento forçado. Dois dias antes da divulgação do relatório, Moussa Faki Mahama, presidente da Comissão da União Africana, fez declarações relacionadas ao tema. Segundo ele, as causas da migração do continente africano em direção à Europa são a pobreza extrema e a instabilidade. Contudo, apesar destes alertas serem contínuos, indivíduos continuam sendo expostos à situações de risco. No começo do mês de maio, 11 pessoas morreram e centenas ficaram desaparecidas após dois naufrágios na Líbia. No mesmo mês, o Serviço Europeu de Polícia (Europol) desmantelou uma das redes de tráfico de migrantes que atuava entre o continente africano e o europeu, após

operação na Espanha e na Grécia. Esta operação teve início em 2015, resultando em oito prisões no dia 17 de maio. Em 19 de maio, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) noticiou que foram resgatados 3.000 migrantes cruzando o Mediterrâneo, saindo do Norte da África em direção à Itália. Em sentido oposto ao que organizações internacionais têm defendido como ações pertinentes à migração, o primeiro ministro da Polônia, Mariusz Blaszczak, optou por rejeitar advertências da União Europeia que diziam que o país, junto com a Hungria, deveria receber refugiados até julho deste ano. De acordo com o Blaszczak, para o país é pior acolher pessoas vítimas de deslocamento forçado do que estar sujeito a sanções do bloco europeu.

Fontes: [Anadolu Agency](#), 02/05/2017; [Expresso das Ilhas](#), 05/05/2017; [Público](#), 08/05/2017; [DN](#), 17/05/2017; [Público](#), 17/05/2017; [ONU](#), 19/05/2017.

## Tráfico Internacional de Mulheres

O tráfico internacional de pessoas é a segunda prática ilegal mais lucrativa no mundo, perdendo apenas para o narcotráfico. Atinge principalmente mulheres e crianças de países periféricos a partir de uma falsa promessa de emprego e melhor qualidade de vida, quando na realidade se trata de exploração sexual, poder sobre seus corpos e diversas ameaças sobre a vida da vítima e de suas famílias. No mês de maio, uma rede de prostituição, formada por 11 mulheres e 4 homens, existente há seis anos, foi descoberta na Colômbia por recrutar mulheres jovens de Bogotá, Cali, Medellín e Eje Cafetero, para fins de exploração sexual na China e em Singapura. A condição de retorno dessas mulheres traficadas dependia do pagamento de cinco vezes o valor da passagem aérea e outras “multas”, reforçando o regime de escravidão desta prática. Na Europa Oriental, um documentário produzido pela BBC, “Humans for Sale”, cuja estreia aconteceu no dia 10 de maio, revelou que 150 pessoas foram vítimas de tráfico na Escócia, em 2016, sendo traficadas para o Reino Unido para casamentos falsos com homens asiáticos mais velhos, também com a falsa promessa de emprego bem-remunerado. Concomitantemente, em Amsterdã, país onde o comércio do sexo é legalizado, a prefeitura autorizou o primeiro bordel administrado pelas próprias profissionais, de forma que elas possam ser autônomas, gerir seus próprios horários e integrar o conselho consultivo do “Minha Luz Vermelha”, fundação auspiciada pela prefeitura.

Fontes: [El Tiempo](#), 08/05/2017; [Daily Mail](#), 10/05/2017; [El País](#), 18/05/2017.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

